

1 **Ata 12/2022** – No dia nove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas
2 e trinta minutos, na Central de Conselhos, sito a Rua Santo Campagnolo, um mil duzentos e
3 dezesseis, Vila Industrial, em Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho**
4 **Municipal de Assistência Social (CMAS)**, de forma presencial, para realização de **Reunião**
5 **Ordinária**, contando com a presença dos conselheiros/as da Gestão 2022-2024 descritos na
6 lista de presença que é parte integrante desta ata. A Presidente do CMAS, Sra. Edmara de
7 Souza cumprimenta todas as pessoas presentes. Seguidamente apresenta a ordem do dia, nos
8 termos do Edital de Convocação nº 14/2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município
9 de Toledo, no dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, Edição nº 3.377, Página
10 42, contendo os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a Ata nº 11/2022 – CMAS; **b)**
11 Deliberar sobre a substituição de representantes da SMED no CMAS; **c)** Deliberar sobre o
12 Plano de Ação 2023 do Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS IV – Acolhimento
13 Institucional; **d)** Apresentar e deliberar sobre o Questionário do Censo SUAS 2022; **e)** Relato
14 das Comissões de Trabalho do CMAS; **INFORMES: a)** Correspondências recebidas e
15 expedidas; **b)** Outros informes. Após a leitura dos itens da pauta, a Presidente solicita aos
16 participantes se alguém tem mais algum ponto a ser incluso. A Diretora Sra. Rosiany Favaretto,
17 Diretora do Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita à
18 Presidente Edmara de Souza uma inversão na ordem da pauta, antecipando o **item “c” da**
19 **Pauta** em razão de precisar ausentar-se por outro compromisso na sequência. A Sra. Edmara
20 coloca a inversão para apreciação dos presentes, sendo todos favoráveis. Em seguida coloca a
21 pauta em votação, a qual foi aprovada por todos/as. **Item A da pauta - Deliberar sobre a Ata**
22 **nº 11/2022 – CMAS:** A Presidente Edmara informa que a ata foi encaminhada por e-mail
23 antecipadamente e solicita à Secretária Executiva se houve alterações, ao que a Sra. Ana
24 Maria Krolow informa terem havido algumas correções no texto, mas que não mudaram o
25 conteúdo. Por conseguinte, coloca a ata em votação, sendo a mesma aprovada pelos
26 presentes. **Item B da pauta – Deliberar sobre o Plano de Ação 2023 do Piso Paranaense**
27 **de Assistência Social – PPAS IV – Acolhimento Institucional:** a Sra. Rosiany Favaretto,
28 Diretora do Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, relembra
29 que o PPAS IV é um recurso para acolhimento de crianças e adolescentes, no caso de Toledo
30 se trata de acolhimento institucional, com um valor no ano de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
31 que corresponde a R\$ 250,00 por criança/mês, com 30 metas, ressaltando que são atendidas
32 mais de 30 metas, cabendo registrar que o valor de R\$ 250,00 é muito pequeno, além de não
33 ser recebido com regularidade, sendo que no ano de 2021 foi recebido metade do valor, ou
34 seja, R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e neste ano de 2022 também foi recebido a
35 metade, restando aguardar se o repasse do valor complementar será efetivado. A Diretora

36 Rosiany passa então a apresentar o Plano de Ação para 2023, o qual é apresentado de forma
37 bem sintético, no qual são lançadas as metas, sendo que pra Toledo o teto são 30 metas,
38 porém em Toledo temos três serviços de acolhimento institucional, cada um com 20 vagas,
39 totalizando 60, além de estar em vias de implantação de mais um serviço. Ela apresenta a tela
40 onde são preenchidas as metas, e ressalta que para Toledo só é preenchido com 30 metas
41 para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes na modalidade de abrigo
42 institucional. Em outra tela a Diretora apresenta a Execução da Despesa que será tanto para
43 capital quanto custeio, ou seja, para investimento em equipamentos, mas também para
44 manutenção, que são itens como materiais de expediente bem como consumo de copa e
45 cozinha. Numa próxima tela a Sra. Rosiany apresenta o Resumo Executivo, cujo valor previsto
46 a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social é de R\$ 90.000,00 (noventa mil
47 reais); o valor de previsão do Fundo Nacional de Assistência Social para esse objeto é de
48 R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); recursos próprios a serem alocados neste fundo para
49 o objeto deste repasse, que são recursos do Município, é de R\$ 1.922.020,19 (hum milhão,
50 novecentos e vinte e dois mil, vinte reais e dezenove centavos), totalizando um total desses
51 recursos para o ano de 2023 de R\$ 2.192.020,19 (dois milhões, cento e noventa e dois mil,
52 vinte reais e dezenove centavos). Concluída a apresentação a Diretora Rosiany informa que a
53 prestação de contas desse recurso é feita a cada semestre. Na sequência a Presidente
54 Edmara coloca em votação o Plano de Ação 2023 do Piso Paranaense de Assistência Social –
55 PPAS IV – Acolhimento Institucional, sendo aprovado por todos. **Item C da pauta – Deliberar**
56 **sobre a substituição de representantes da SMED no CMAS:** A Presidente Edmara de
57 Souza dá conhecimento aos presentes que devido a saída das conselheiras Jaqueline Nadir da
58 Silva de Souza e Luci Graciela Kuhn foi recebido ofício da Secretaria da Educação informando
59 que as novas representantes da SMED junto ao CMAS passam a ser como titular a Ellen
60 Carolina Fantinelli e a suplente a Juliana Lahoud Torres Romancini. Em decorrência dessa
61 alteração, a Presidente Edmara informa ser necessário deliberar também sobre quem fará a
62 representação nas Comissões, ficando definido que a Ellen Carolina como titular passa a
63 integrar a Comissão de Fiscalização e a Juliana Lahoud passa a integrar a Comissão de
64 Orçamento, dando as boas vindas para as novas conselheiras. **Item D da Pauta - Apresentar**
65 **e deliberar sobre o Questionário do Censo SUAS 2022:** A Presidente Edmara relembra a
66 todos que o CENSO SUAS é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência
67 Social, sendo que o questionário relativo ao CMAS foi previamente respondido em reunião da
68 Mesa Diretora e passa a palavra ao Vice-Presidente Wellington Cassio Barbosa da Silveira,
69 que esclarece que o Censo SUAS trata-se basicamente de um Senso realizado pelo Ministério
70 da Cidadania, para toda a rede socioassistencial, sendo que tanto as unidades governamentais

71 como as não governamentais respondem o Senso SUAS, será respondido pelo Departamento
72 de Vigilância e também pelo Conselho de Assistência, por ser um órgão de controle social.
73 Posto isso, Wellington passa a fazer a leitura dos principais itens dos blocos, que tratam sobre
74 o questionário, o qual é dividido pelos seguintes blocos: 1) Identificação do Conselho; 2)
75 Regulação; 3) Infraestrutura do Conselho; 4) Secretaria Executiva; 5) Orçamento do Conselho;
76 6) Dinâmica de Funcionamento; 7) Rede Socioassistencial; 8) Composição do Conselho; 09)
77 Conselheiros; 10) Responsável pelo preenchimento. Ao total foram respondidas 85 questões
78 do CENSO SUAS. Após a leitura de cada um dos blocos contendo inclusive as respostas
79 selecionadas e esclarecidas algumas dúvidas, o Vice-Presidente Wellington pergunta se algum
80 conselheiro quer que se explique algum ponto específico. Não havendo nenhuma manifestação,
81 a Presidente Edmara coloca em votação, o preenchimento Censo SUAS – Conselho, referente
82 ao ano de 2022, sendo aprovado por toda a plenária. **Item E da Pauta - Relato das**
83 **Comissões de Trabalho do CMAS:** A Presidente Edmara de Souza deixa em aberto para
84 os/as presidentes das comissões explanarem sobre as reuniões ocorridas. **Comissão de**
85 **Fiscalização:** Iniciando os relatos, o Presidente da Comissão Everton Chaves Maria relata que
86 juntamente com a conselheira Jaqueline Nadir da Silva de Souza realizaram visita à Casa
87 Abrigo Menino Jesus II, que não possui ainda as Licenças Sanitária e do Corpo de
88 Bombeiros, estando com o protocolo em aberto. Em relação ao serviço, o quadro de Recursos
89 Humanos atualmente está completo, a unidade está dando início a execução dos projetos,
90 possuem um planejamento mensal das atividades e dos projetos que são executados e no
91 momento estão com 5 vagas estendidas visto que a capacidade é de 20 e estão sendo
92 atendidos 25 usuários. A estrutura física não está adequada devido a ocorrência de goteiras e
93 infiltrações, apresentando rachaduras nas paredes e problemas no piso. Considerando que a
94 unidade não possui as Licenças Sanitária e do Corpo de Bombeiros os conselheiros trazem
95 para a plenária a sugestão de se prorrogar o prazo para as providências sobre as licenças ou
96 já se decide pelo indeferimento. A conselheira Cíntia Regina Brun indaga se a unidade,
97 quando encaminhou o pedido de inscrição, tinha as referidas licenças e se atualmente estão
98 aguardando nova liberação, ao que os conselheiros Everton e Jaqueline confirmam que a
99 unidade tem o protocolo de renovação das licenças. Após algumas considerações entre os
100 conselheiros, a presidente Edmara apresenta para a plenária duas propostas em relação a
101 inscrição da Casa Abrigo Menino Jesus II: a) Indeferir a inscrição desse serviço ou b) prorrogar
102 essa inscrição até o mês de março/2023 para apresentação das licenças, sob pena de
103 cancelamento da inscrição se não apresentadas. Colocado em votação, todos se manifestaram
104 favoráveis à prorrogação da inscrição até março/2023. Outra unidade visitada pelos
105 conselheiros Everton e Jaqueline foi o CREAS II, uma unidade que tem 4 serviços, sendo o

106 PAEFI dividido por públicos, quais seja, de criança e adolescente, pessoa idosa, mulher e
107 pessoa com deficiência, tendo também o serviço de abordagem social para pessoas em
108 situação de rua e trabalho infantil. Outro atendimento é o PEDIF que é para atendimento a
109 pessoas idosas e pessoas com deficiência dependentes, além do atendimento de medidas
110 socioeducativas, estando com uma equipe bem ampliada, de acordo com os serviços.
111 Considerando que de acordo com a informação recebida da Coordenação em relação a
112 metodologia de trabalho utilizada nos serviços PAEFI e PEDIF, a conselheira sugere o
113 encaminhamento através do CMAS de um questionamento que clarifique a diferença desses
114 dois serviços, visto que na tipificação o PEDIF tem uma metodologia de trabalho diferenciada.
115 Em relação a documentação, a unidade possui o Laudo do Corpo de Bombeiros. Quanto a
116 estrutura física, considerando que há uma previsão de mudança de endereço em breve e a
117 atual estrutura é inadequada tanto na acomodação das equipes, bem como não há garantia de
118 sigilo dos atendimentos, é sugestão dos conselheiros aguardar a mudança para o novo
119 endereço e uma nova visita ser realizada. Após algumas considerações da plenária a respeito
120 dos serviços ofertados e a expectativa sobre o novo espaço, a Diretora de Proteção Social
121 Especial de Alta Complexidade, Sra. Marília Borges Leite, ressalta que mesmo na nova
122 estrutura os serviços terão que ser acomodados para atendimento em horários diferenciados.
123 Esclarecidas algumas dúvidas em relação a liberação das Licenças Sanitária e Licença do
124 Corpo de Bombeiros para a nova estrutura, a Presidente Edmara coloca em votação a
125 prorrogação para aprovação do Relatório Descritivo do CREAS II também até março/2023,
126 sendo aprovado por todos. Na sequência a conselheira Suzamar Stéfani Jandrey Dorfschmidt
127 passa a relatar a visita realizada na **Aldeia Infantil Betesda** cujo serviço é ofertado conforme o
128 Plano de Ação e Relatório Descritivo, sendo que em relação a documentação, quando da visita
129 que foi feita no dia 12/09/2022 o Alvará estava vencido, assim como as licenças Sanitária e do
130 Corpo de Bombeiros. Na parte estrutural, a Suzamar informa que a entidade está numa fase de
131 construção para adequar os serviços, com uma previsão de conclusão até 2023. Quanto ao
132 serviço ofertado, está de acordo com o Plano de Ação e Relatório Descritivo, sendo pontuado
133 apenas pela Coordenadora de que estão com dificuldades financeiras para contratação de um
134 professor de música, bem como de encontrar esse profissional. Em relação ao número de
135 usuários, a entidade tem 80 metas cofinanciadas, com capacidade para 92 usuários e está
136 atendendo 90 usuários. A conselheira Suzamar informa que foi solicitado para a Coordenadora
137 o envio para a Secretaria Executiva do CMAS o protocolo de solicitação das licenças ao que a
138 Presidente Edmara indaga para a Secretária Ana Maria se teria recebido algum documento
139 encaminhado pela Aldeia Infantil Betesda, sendo informada que não, ao que a Presidente
140 solicita que tal pedido seja feito via ofício. Na sequência, a conselheira passa a relatar sobre a

141 visita realizada ao **NACA – Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente**, foi
142 observado que não há isolamento do som, o que prejudica o atendimento à família ou à
143 criança. A estrutura apresenta goteiras que, segundo lhes foi informado, houve erro na
144 colocação das calhas, o que gera um transbordamento da água da chuva, inviabilizando as
145 atividades em dias chuvosos. Em relação a documentação, não foi apresentada a Licença do
146 Corpo de Bombeiros visto que a mesma estava vencida desde 22/07/2022. Também não
147 tinham a Licença ou a Declaração de Dispensa da Licença Sanitária. Também não lhes foi
148 apresentado o protocolo de solicitação das referidas licenças. Indagada se algum desses
149 documentos tenha sido recebido pela Secretaria Executiva do CMAS, a secretária Ana Maria
150 informa que não. O conselheiro Everton Chaves Maria intervém lembrando que o NACA utiliza
151 um espaço compartilhado com o CRAS I, o que suscita a possibilidade de que tais documentos
152 estejam de posse da Coordenação do CRAS I. Considerando que o CRAS I ainda não recebeu
153 a visita da Comissão de Fiscalização, sendo possível que as licenças exigidas contemplem os
154 dois serviços, a secretária Ana Maria é orientada a solicitar referidos documentos via ofício. A
155 conselheira Ana Carolina Becker Nisiide levanta a questão a respeito da falta de isolamento
156 acústico para o atendimento a famílias e/ou crianças e questiona como a unidade dá esse
157 atendimento e se o mesmo é feito na sala da Coordenação gera uma interrupção do trabalho
158 do servidor, além de que no desenvolvimento de sua atividade não é produtivo ouvir vozes ou
159 ruídos constantemente produzidos externamente. Tratando das duas unidades visitadas, e
160 devido ambas terem pendências relativas às licenças, a Presidente Edmara coloca em votação
161 a prorrogação para a Aldeia Infantil Betesda e NACA apresentarem referidos documentos até
162 data anterior a próxima reunião ordinária que será no dia 07 de dezembro de 2022, sendo
163 aprovado pelos presentes. Seguindo os relatos de visitas, o conselheiro Everton informa terem
164 comparecido ao **CRAS IV** para realização da visita de Fiscalização, porém constataram que o
165 parecer da Comissão Técnica já foi pelo indeferimento. Sendo assim a conselheira Cíntia,
166 Presidente da Comissão Técnica informa que o parecer foi desfavorável pela falta de
167 documentos e a Presidente Edmara coloca em votação o indeferimento da aprovação do Plano
168 de Ação e Relatório Descritivo do CRAS IV, sendo aprovado pelos presentes. Na sequência o
169 conselheiro Wellington informa que quando foi realizada a visita pela Comissão de Fiscalização
170 ao **Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Maas** em setembro/2022 a comissão havia
171 dado parecer pelo indeferimento, até que fossem reapresentadas a Licença do Corpo de
172 Bombeiros e Licença Sanitária, que foram solicitadas via ofício, sendo que as mesmas foram
173 recebidas pela Secretaria Executiva e neste momento a comissão é favorável à renovação de
174 sua inscrição no CMAS. Wellington lembra que o relato da visita em relação aos demais itens já
175 foi apresentada na reunião anterior. Colocado em votação o parecer favorável à renovação da

176 inscrição da Ledi Maas no CMAS, é aprovado por todos. Em seguida a conselheira Eliane
177 Saldanha Brum passa a relatar a visita feita ao **CRAS V**, que fica na região do bairro Santa
178 Clara IV, dizendo ser esse um dos melhores equipamentos, tendo porém um problema de
179 recursos humanos, considerando haver a falta de profissionais de Ensino Médio para a
180 execução do SCFV visto que a Educadora Social que presta esse atendimento tem
181 apresentado frequentes atestados médicos, o que leva outros profissionais a cobrir sua
182 ausência, estando o SCFV sendo executado parcialmente, com a execução apenas das
183 oficinas e atividades preparadas por técnicos de nível superior. A Presidente Edmara indaga se
184 não é previsto pela gestão ter um servidor para cobrir as ausências geradas por atestados
185 médicos, ao que a Diretora Maria Borges Leite esclarece que não é possível, visto que quando
186 do retorno do servidor em licença ao seu posto de trabalho, não há como realocar aquele
187 servidor em outro espaço. A Sra. Marília informa também que ainda neste ano está sendo feito
188 um Projeto de Lei para ser encaminhado à Câmara de Vereadores para a criação do cargo de
189 Educador Social e ela concorda que essa dificuldade deve ser sim pontuada uma vez que
190 prejudica o usuário. A conselheira Eliane relata ainda que em relação a Licença do Corpo de
191 Bombeiros está regular, mas é também um espaço compartilhado com o CEU das Artes -
192 Centro de Artes e Esportes Unificados de Toledo, e pontua por informação da Coordenação do
193 CRAS V, que a sala utilizada pelo Projovem é compartilhada com o Circo da Magia, havendo a
194 necessidade de um espaço exclusivo. Em relação ao serviço PAIF o serviço está sendo
195 executado dentro do previsto, sendo o parecer da Comissão de Fiscalização favorável pela
196 aprovação. A Presidente Edmara coloca em votação a aprovação do Plano de Ação e Relatório
197 Descritivo, com encaminhamento para a SMAS relativo a falta de profissional de Ensino Médico
198 para execução do SCFV, sendo aprovado por todos. Seguindo com os relatos das visitas, o
199 conselheiro Wellington pede para a conselheira representante do segmento usuários do SUAS,
200 Sra. Dominga da Silva falar sua impressão sobre o **CERTI Coopagro**, ao que ela expõe sua
201 alegria em participar das atividades ofertadas por aquele serviço, dizendo sentir-se em sua
202 segunda casa pela atenção que a equipe dispensa aos usuários. Lamenta apenas a ocorrência
203 do vandalismo. O conselheiro informa que o espaço do CERTI Coopagro é um equipamento
204 compartilhado com a Secretaria de Saúde, havendo atendimento médico e de fisioterapia, o
205 serviço tipificado é o de fortalecimento de vínculos, tendo sido atendidos 1.200 usuários entre
206 as duas políticas sendo 594 do SUAS e a capacidade é de 200. Na parte administrativa e de
207 recursos humanos tudo está de acordo. Em relação a estrutura física, como foi mencionado
208 pela Sra. Dominga, a mesma foi bastante danificada pelo ato de vandalismo que ocorreu em
209 março deste ano e que já foi apresentado neste Conselho. Sendo assim, embora já tenha
210 havido alguma manutenção no espaço, há salas que foram muito danificadas e que ainda não

211 foram objeto de manutenção. Em relação às Licenças do Corpo de Bombeiros e Licença
212 Sanitária, o CERTI Coopagro não as possui num processo contínuo, conforme informado pela
213 Coordenadora do espaço, havendo uma previsão de manutenção dos espaços que ainda estão
214 danificados para dezembro deste ano. Em decorrência da falta das licenças a Comissão de
215 Fiscalização dá seu parecer desfavorável ao que a conselheira Marília concorda e ressalta que
216 mesmo sabendo que o serviço está acontecendo, o Conselho responde por essas decisões, e
217 em vista disso é necessário que se faça o apontamento e seja feito um encaminhamento para a
218 Secretaria de Assistência Social a respeito da previsão de manutenção do espaço físico pelos
219 atos de vandalismo e a falta das licenças. O conselheiro Wellington sugere apontar também a
220 situação dos usuários do CadÚnico, visto que apenas cerca de 25% dos usuários tem
221 CadÚnico. Concluídas as discussões a Presidente Edmara coloca em votação o indeferimento
222 da aprovação do Plano de Ação e Relatório Descritivo do CERTI Coopagro, com os devidos
223 encaminhamentos para a SMAS, sendo aprovado por todos. Dando continuidade, os
224 conselheiros Rodrigo Daniel e Suzamar iniciam o relato da visita realizada no **CRAS III**. A
225 conselheira Suzamar menciona que em relação a oferta de capacitações para a equipe pela
226 SMAS não está ocorrendo e sim somente pela rede e, quanto a estrutura, o número de
227 recursos humanos atende o serviço ofertado. Duas sugestões que fazem é a necessidade de
228 disponibilidade de motorista para visitas não somente em um dia da semana, bem como a
229 necessidade de readequar o espaço para a ampliação de uma sala de atendimento, que
230 atualmente atende o CadÚnico. Quanto a documentação, lhes foram apresentadas a Licença
231 do Corpo de Bombeiros e a Declaração de Dispensa da Licença Sanitária, sendo que o parecer
232 da Comissão foi favorável. Desta forma a Presidente Edmara coloca em votação a aprovação
233 do Plano de Ação e Relatório Descritivo do CRAS III, que é aprovado pelos presentes. Em
234 seguida a conselheira passa a relatar sobre a visita ao **Espaço Vida – Florir Toledo**,
235 observando que por sinalização da Comissão Técnica, a faixa etária a ser atendida deveria ser
236 de 15 a 17 anos, mas foi constatado que o atendimento é feito para a faixa etária de 13 a 17
237 anos. Nesse ponto a conselheira Marília esclarece que o que gerou essa decisão do serviço
238 antecipar para 13 anos é a demanda de adolescentes, de forma a tirá-los do trabalho infantil,
239 não deixando de ser Serviço de Convivência. A conselheira Suzamar ressalta que o Relatório
240 Descritivo já contempla a faixa etária de 13 a 17 anos. Em relação ao espaço físico, embora
241 que o serviço esteja definido para atender até 60 usuários, porém a sala não dá condições para
242 esse número, mesmo que divididos em dois turnos. O conselheiro Rodrigo informa que o
243 espaço precisaria de uma reforma, visto que a estrutura é a mesma desde o início desse
244 serviço, de forma a permitir uma condição melhor para os adolescentes e para a equipe.
245 Suzamar também menciona que no que se refere a atendimento que se faz necessária uma

246 readequação do espaço e que para a melhoria do espaço os conselheiros pontuam uma
247 ampliação da sala multiuso, adequar o isolamento das salas para atendimento e a
248 acessibilidade para PCD visto que atualmente não há nenhum grau de acessibilidade. Também
249 se faz necessária a manutenção das estufas que foram destruídas por um vendaval, as quais
250 estão sem uma previsão de melhoria mesmo que a longo prazo, além da área externa por
251 completo. Em relação a documentação a Licença do Corpo de Bombeiros está vencida desde
252 23/03/2022, sendo que a Coordenação não tinha conhecimento se foi feita nova solicitação,
253 visto que ela está naquele equipamento recentemente. Da mesma forma não apresentou a
254 Licença ou a Declaração de Dispensa da Licença Sanitária. A conselheira Ana Clara Schneider
255 lembrou que em reuniões anteriores ficou acordado que, em relação às licenças, quando a
256 Comissão Técnica não indeferisse, referidos documentos deveriam ser apresentados para a
257 Comissão de Fiscalização quando da visita in loco; caso não apresentados o parecer deve ser
258 pelo indeferimento. Sendo assim, a Presidente Edmara coloca em votação o indeferimento da
259 aprovação do Plano de Ação e Relatório Descritivo do Espaço Vida – Florir Toledo, sendo
260 aprovado pelos presentes. Os conselheiros Rodrigo e Suzamar relatam também a visita
261 realizada no **CRAS VI – Itinerante** e informam que o equipamento foi implementado para o
262 atendimento aos usuários residentes nos distritos ou na área rural do Município. Informam que
263 a Coordenação apresentou a metodologia que utilizam que se diferencia em relação aos
264 demais CRAS pela característica de se deslocarem para os atendimentos nos distritos, o que
265 demanda um motorista específico, sendo que nos distritos a equipe compartilha espaços
266 utilizados pela política de saúde, o que é bem positivo. Pontuam apenas que o CRAS VI está
267 instalado em imóvel locado, possuindo salas com divisórias que não resguardam o sigilo e
268 como melhoria, considerando que o serviço é itinerante, ter uma unidade móvel para os
269 atendimentos nos distritos. O equipamento possui a Declaração de Dispensa da Licença
270 Sanitária e a Licença do Corpo de Bombeiros está válida até 21/03/2023, sendo favorável o
271 posicionamento dos conselheiros. Desta forma a Presidente Edmara coloca em votação a
272 aprovação do Plano de Ação e Relatório Descritivo do CRAS VI - Itinerante, que é aprovado
273 por todos. Continuando com os relatos da Comissão de Fiscalização, as conselheiras Isabel
274 Cristina dos Santos Marques e Tatiani Maria Finkler de Lima Guzzo passam a relatar a visita
275 realizada ao Centro de Integração Empresa do Paraná – CIEE/PR onde foram recebidos pela
276 Gerente do CIEE em Curitiba, Sra. Simone Aparecida Falchetti Paulin, pelo Supervisor
277 Regional do CIEE, Sr. Levi Batista Pereira e pela Assistente Social Sra. Valéria Medeiros.
278 Isabel relata que a documentação está de acordo assim como as salas de atendimento estão
279 adequadas. Destacando que foram realizadas visitas no escritório e na FAG, onde são
280 ministrados os cursos para os adolescentes, bem como o atendimento pela Assistente Social

281 às famílias ou aos adolescentes, quando necessário. As Licenças do Corpo de Bombeiros e
282 Licença Sanitária estão válidas. Sobre as capacitações o cronograma é permanente, com
283 reuniões semanais on-line entre todos os servidores do CIEE/PR mencionando uma das
284 capacitações que se denomina Pílulas de Aprendizagem. Tatiani menciona um questionamento
285 feito aos gestores do CIEE em relação ao sigilo do sistema de software, que é bastante
286 utilizado, se há garantia do sigilo do relatório do profissional de Serviço Social, o que lhes foi
287 mencionado que sim, havendo uma organização e cuidado quanto a isso. A conselheira Isabel
288 informa que quando foi feita a análise pela Comissão Técnica havia duas Assistentes Sociais,
289 atuando apenas uma atualmente, porém já foi sinalizado pelo CIEE a contratação de mais uma
290 novamente. Quanto ao quadro de recursos humanos está de acordo também. A conselheira
291 Tatiani destaca que a contratação de mais uma Assistente Social é importante, visto que se
292 percebe o quanto o profissional de serviço social é a referência para o adolescente dentro
293 dessa instituição, sendo ele o contato direto com os adolescentes, o que ajuda a fortalecer
294 ainda mais o vínculo entre adolescente, família e o serviço. A Presidente pergunta se há algum
295 questionamento; não havendo e com o parecer favorável pela Comissão de Fiscalização é
296 colocado para em votação a aprovação a inscrição do CIEE/PR no CMAS, sendo aprovado
297 pelos presentes. Estando presentes na reunião os representantes do CIEE/PR, a Sra. Simone
298 Aparecida Falchetti Paulin faz uso da palavra para dizer que quando se fala em CIEE todos
299 lembram de estágio, porém o CIEE não é uma entidade de intermediação de estágio e que
300 com o que sobra do superávit faz assistência social e sim justamente o contrário, sendo o CIEE
301 uma entidade de assistência social que para bancar os seus projetos precisa do estágio, sendo
302 seus recursos advindos dos valores pagos pelas empresas contratantes para o estágio para
303 aprendizado. Menciona o programa social “Jovem em Ação, Família em Ação” e sugere contato
304 com as representantes do CIEE buscando mais informações, destacando que estarão
305 assinando com o Secretário de Educação do Estado uma parceria para levar esse projeto
306 também para as escolas, bem como aguardam a assinatura pelo Governador do Paraná para
307 atuarem no Centro de Sócio-Educação – CENSE de Toledo, atuando assim nos 19 CENSEs do
308 Estado de 16 cidades, sendo esta uma parceria proposta pelo Governo do Estado, não
309 recebendo nenhum recurso financeiro para esses trabalhos ou programas sociais do Estado ou
310 das prefeituras que o CIEE tem parceria. A Sra Simone declara ser também conselheira
311 estadual da juventude e Toledo para o Conselho Estadual da Juventude é uma referência e ela
312 fazendo parte da fiscalização dos municípios que querem instalar um Centro da Juventude, e
313 Toledo tem dois CJUs e exalta as deliberações e questionamentos que o CMAS faz, de forma a
314 manter o alto nível que é Toledo. Agradecendo às conselheiras Isabel e Tatiani da Comissão
315 de Fiscalização que realizaram a visita, a Sra. Simone coloca o CIEE a disposição de todos. A

316 conselheira Cínthia Regina Brun faz uma observação enaltecendo a adequação que o CIEE
317 realizou visando estar apto para a inscrição junto ao CMAS, mesmo não executando
318 exatamente serviços do SUAS, mas prestando serviços de proteção social, com ingresso ao
319 mercado de trabalho, com garantia de prevenção ao trabalho infantil e profissionalização. A
320 Presidente Edmara de Souza, corroborando com as palavras da conselheira Cínthia, ressalta
321 que se houve uma demora no processo de aprovação, o mesmo se deu apenas pelos critérios
322 técnicos que embasam as análises que são feitas para todos os serviços, dando os parabéns
323 para a equipe do CIEE que trabalhou na busca dessa aprovação. **Comissão Técnica:** Falando
324 sobre a análise dos processos de inscrição no SCFV da **Escola Osvaldo Cruz** e da **Escola**
325 **Anita Garibaldi - Circo da Alegria**, as conselheiras Sara da Rosa da Cruz e Fernanda Querois
326 de Moraes passam a relatar a análise feita em conjunto com as conselheiras Edmara e
327 Cristhiane Novello sobre como a Assistência Social estaria colocada nesses serviços, não
328 sendo serviços de fortalecimento de vínculos e sim de contraturno escolar, sendo o parecer da
329 Comissão Técnica pelo indeferimento. A Presidente Edmara menciona que foi essa a mesma
330 conclusão que ela e a conselheira Cris Novello chegaram em relação a **Escola Orlando Luiz**
331 **Bazei**, não tendo sido identificado nesses processos onde a Assistência Social estava atuando.
332 Destaca que chegaram a essa conclusão após envio de correspondências para as respectivas
333 coordenações e mesmo após as respostas ficou evidente que dentro do Plano de Ação e
334 Relatório Descritivo só se identificam recursos da Secretaria de Educação, sendo os espaços,
335 as equipes de recursos humanos também somente da SMED. Considerando que numa mesma
336 reunião da Comissão Técnica foi definido o mesmo critério para análise dos processos das
337 Escolas Orlando Luiz Bazei, Osvaldo Cruz e Escola Anita Garibaldi - Circo da Alegria com
338 parecer pelo indeferimento, a Presidente Edmara coloca em votação o cancelamento da
339 inscrição, sendo aprovado por todos. **Comissão de Acompanhamento das Deliberações da**
340 **Conferência Municipal de Assistência Social:** O conselheiro Wellington informa que que na
341 próxima reunião ordinária será apresentado um balanço do que foi cumprido ou não das
342 deliberações. **Comissão de Orçamento:** Não se reuniu. **INFORMES: Item a) –**
343 **Correspondências recebidas e expedidas:** A Secretária Executiva Ana Maria primeiramente
344 menciona as correspondências recebidas: Ofício Circular nº 034/2022-CEAS/PR de 11/10/2022
345 referente convite para reunião online com Fóruns da Sociedade Civil no dia 20 de outubro de
346 2022 às 14 horas; Ofício 83/2022-SMAS de 13/10/2022 recebido do CRAS IV referente
347 resposta ao Ofício nº 68/22-CMAS com correção dos dados solicitados; Ofício Circular nº
348 041/2022-SMAS de 13/10/2022 referente convite para reunião de apresentação do Fluxo de
349 Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica pelos CREAS de Toledo a ser realizada no
350 dia 25/10/2022 às 08h30; Ofício nº 1671/2022-SMED de 14/10/2022 referente convite para

351 participar da 40ª. Formatura do PROERD a ser realizada no dia 29 de novembro de 2022;
352 Ofício nº 1315/2022-SMAS do dia 14/10/2022 referente para o Aniversário de 15 anos do Certi
353 Coopagro no dia 21 de outubro de 2022; Ofício nº 1730/2022-SMED de 27/10/2022 que
354 informa os nomes das novas representantes da Secretaria da Educação para o CMAS; Ofício
355 nº 46/2022 de 03/11/2022 com encaminhamento do Certificado de Licença Sanitária;
356 correspondências expedidas: Of. 71/2022-CMAS de 07/10/2022 endereçado para a
357 Coordenação do Espaço Vida Florir Toledo com solicitação da Comissão Técnica para
358 adequações no Relatório Descritivo 2021 para a manutenção de inscrição junto ao CMAS;
359 Ofício nº 72/2022-SMAS de 13/10/2022 endereçado ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da
360 Juventude da Comarca de Toledo em resposta ao Ofício nº 1332/2022-VIJ/CÍVEL; Ofício
361 73/2022-CMAS de 17/10/2022 que comunica atualização de novas representantes do CMAS
362 para compor a Comissão do Programa Bolsa Agente de Cidadania da SMDH; Ofício nº
363 74/2022-CMAS de 03/11/2022 confirmando comparecimento à Formatura do PROERD do
364 Vice-Presidente do CMAS, Sr. Wellington Cassio Barbosa da Silveira. **Item b) – Outros**
365 **Informes: Apresentação de Diagnóstico sobre Usuários do Serviço de Acolhimento**
366 **Institucional:** A Diretora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Sra. Marília
367 Borges Leite que responde também por todos os serviços de acolhimento institucional
368 vinculados, lembrou que na reunião ordinária realizada em outubro, em razão da definição
369 sobre a implantação de mais um serviço de acolhimento institucional para crianças e
370 adolescentes, que foi uma decisão de gestão, a partir dos dados que foram levantados e
371 visando clarificar os números, ela passa a apresentar um pouco do diagnóstico dessas
372 situações, que fez com que o Município decidisse pela implantação desse novo serviço.
373 Inicialmente a Sra. Marília apresenta o organograma da Secretaria de Assistência Social
374 situando a Direção sob sua responsabilidade, nas situações onde há um rompimento de
375 vínculos, independente de ser usuários, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência,
376 pessoas em situação de rua e pessoas idosas e na estrutura que temos no Município
377 atualmente os serviços da Casa Abrigo Menino Jesus I, Casa Abrigo Menino Jesus II e a Casa
378 de Adolescentes. Para melhor compreensão de todos sobre o que é o acolhimento
379 institucional, a Sra. Marília passa a apresentar algumas telas discorrendo sobre o acolhimento
380 institucional ser o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e/ou
381 indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção
382 integral. A organização desses serviços devem garantir a privacidade, o respeito aos costumes,
383 às tradições, e à diversidade de: ciclos de vida, as faixas etárias, arranjos familiares, raça/etnia,
384 religião, gênero e orientação sexual, sendo que na tipificação a descrição específica para esse
385 serviço é para crianças e adolescentes, cuja descrição a Sra. Marília dá conhecimento aos

386 presentes dizendo que trata-se de acolhimento provisório e excepcional para crianças e
387 adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob
388 medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco
389 pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem- -se temporariamente
390 impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem
391 distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade
392 de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com
393 vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O
394 acolhimento será mantido até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou
395 extensa) ou colocação em família substituta. Em Toledo, ela mostra um dado interessante, de
396 que a partir da instalação da primeira casa abrigo, a cada 10 anos uma nova casa é instalada.
397 E cita a Casa Abrigo Menino Jesus I inaugurada em 13/12/2002, a Casa Abrigo Menino Jesus II
398 inaugurada em 26/12/2012, e neste ano de 2022 já em processo de implantação Toledo
399 contará com a terceira Casa Abrigo. Também cita a Casa Abrigo para Adolescentes,
400 inaugurada em 05/03/2010. Sobre a estrutura desses serviços, a Sra Marília informa que trata-
401 se de casas institucionalizadas e apresenta um slide onde demonstra que essas casas contam
402 com parquinho, brinquedoteca, espaços para desenvolvimento de atividades e a a organização
403 dos quartos. Em relação a divisão por faixa etária é uma definição adotada no Município, sendo
404 que a Casa Abrigo Menino Jesus I atende crianças de 6 a 12 anos; a Casa Abrigo Menino
405 Jesus II atende crianças de 0 a 6 anos e a Casa Abrigo para Adolescentes atende usuários
406 com idade entre 12 a 18 anos. Um fato, e que foi comentado na última Reunião Ordinária, que
407 está sendo vivenciado são as situações de grupos de irmãos que não são separados, levando
408 a ter nas três unidades todas as faixas etárias, incluindo adolescentes. Falando sobre os
409 atendimentos, com dados extraídos no mês de outubro deste ano, quando se decidiu pela
410 implantação de mais um serviço de acolhimento, a Diretora Marília relata que neste mês de
411 novembro alguns números mudaram, mas se referindo aos dados de outubro, a Casa Abrigo
412 Menino Jesus I estava com 20 atendimentos, que é a capacidade máxima, sendo 40% do sexo
413 masculino e 60% feminino, com 50% na faixa etária de 0 a 6 anos, 35% na faixa etária de 6 a
414 12 anos e 15% na faixa de 12 a 18 anos. Ela ressalta que a decisão pela implantação de uma
415 nova casa abrigo se deu devido a grande demanda pós pandemia, visto que se não fosse esse
416 fato, haveria apenas 2 crianças acolhidas na Casa Abrigo Menino Jesus I, sendo que durante a
417 pandemia houve poucos acolhimentos, porém a partir da retomada pós pandemia, dos 20
418 acolhimentos, 18 ocorreram a partir do mês de março deste ano, sendo julho o mês de maior
419 número de acolhimentos, o que gerou a urgência na decisão pela implantação de mais uma
420 casa abrigo. Sobre as modalidades dos acolhimentos, a Sra Marília informa que são por

421 determinação judicial, que na maioria das vezes são situações em que a família está passando
422 por um acompanhamento, ou situações emergenciais, quando há uma denúncia, o Conselho
423 Tutelar constata e já se faz o acolhimento. Fazendo referência ainda à Casa Abrigo Menino
424 Jesus I, 25% dos acolhimentos são por determinação judicial e 75% emergencialmente. O
425 emergencial traz a reflexão de quanto graves estavam sendo as situações naquele momento.
426 Em relação a incidência dos tipos de violência, um dado preocupante é que não se trata de
427 apenas uma situação de violência que gera acolhimento e apresenta um levantamento onde
428 das 20 situações, em 14 delas aparece a negligência, em 12 casos aparece o abandono, em 3
429 delas aparece a violência física, em 3 aparece a violência sexual, em outras 3 a omissão,
430 destacando que esses dados iniciais devem ser devidamente esmiuçados, visto que um
431 acolhimento por negligência, porém no atendimento posterior outras violências podem ser
432 identificadas, sendo a preocupação o agravamento dessas situações. Outro dado que se
433 apresenta é que somente duas crianças não fazem parte de grupo de irmãos da Casa Abrigo
434 Menino Jesus II, sendo que um grupo é composto de cinco irmãos, três grupos de dois irmãos
435 e dois grupos de três irmãos. Seguindo com a apresentação do diagnóstico, a Sra. Marília
436 apresenta gráficos demonstrando que dos atendimentos realizados, 90% são atendidos pela
437 rede e 10% não são. Com referência a identificar se os acolhidos são de famílias com morada
438 recente em Toledo, se constata que apenas 10% se encaixam nessa condição. Concluída a
439 apresentação dos dados relativos à Casa Abrigo menino Jesus I, a Diretora passa a apresentar
440 os números da Casa Abrigo Menino Jesus II, relatando que no mesmo momento do estudo a
441 Casa Abrigo Menino Jesus II estava com 25 acolhidos, sendo que já chegou a atender 28,
442 sendo 68% do sexo feminino e 32% do sexo masculino, com 84% na faixa etária de 0 a 6 anos
443 e 16% na faixa etária de 6 a 12 anos, não havendo nessa casa a faixa etária de adolescentes.
444 Inserções também ocorreram a partir de março, quando havia três crianças, sendo as 22
445 inserções neste ano, com maior incidência no mês de julho. Sobre as modalidades dos
446 acolhimentos, nessa Casa Abrigo Menino Jesus II há um diferencial que é a Entrega Legal, que
447 é quando no acompanhamento do pré-natal a gestante manifesta para a equipe de saúde o
448 interesse de fazer essa entrega, sendo então acompanhada quando do internamento e a
449 coordenação da unidade já é avisada e esse acolhimento é feito de forma imediata, inclusive a
450 própria coordenação toma as providências do registro de nascimento da criança. Nessa
451 unidade 8% dos acolhimentos é por entrega legal, 36% por determinação judicial e 56%
452 emergencial. Quanto aos tipos de violência, ela reforça que ela enquanto Diretora, juntamente
453 com as equipes, precisam esmiuçar os números inicialmente identificados como negligência,
454 para compreender se são negligências vinculadas a uma política pública, por exemplo, se são
455 questões relacionadas a saúde, a falta do acesso, ou relacionadas a drogas, sendo esse o

456 maior número de incidência. De acordo com o levantamento nessa unidade, em 20 delas
457 aparece a negligência e 6 por violência física. Com referência aos grupos de irmãos, na Casa
458 Abrigo menino Jesus II há um grupo é composto de quatro irmãos, dois grupos de três irmãos
459 três grupos de dois irmãos, sendo que o atendimento dessa unidade é de 92% pela rede e 8%
460 não identificados, tratando-se de acolhidos de famílias que não são moradores recentes no
461 município em sua totalidade, o que se repete na Casa dos Adolescentes. Falando da Casa
462 Abrigo para Adolescentes, a capacidade é para 20 acolhimentos e quando do levantamento do
463 diagnóstico havia 16 acolhidos, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Em
464 relação a idade, nessa unidade se percebe a maior dificuldade, pois há 50% na faixa etária de
465 0 a 6 anos, 13% na faixa de 6 a 12 anos e 38% na faixa de 12 a 18 anos, que seria o público
466 da casa. A Diretora Marília informa que embora muito difícil, com alguns desligamentos foi
467 possível que todas as crianças fossem realocadas para as outras duas unidades,
468 permanecendo na Casa para Adolescentes uma adolescente com um bebê, mas os demais
469 acolhidos são agora todos adolescentes. Sobre as inserções, como demonstrado nas outras
470 unidades, 2 acolhidos são do ano 2020, sendo 14 neste ano de 2022. Quanto a modalidade,
471 63% são por determinação judicial e 38% emergencial e a incidência das violências, se verifica
472 situação de rua, o que nunca tinha acontecido, além de trabalho infantil, evasão escolar,
473 violência física, negligência e violência psicológica. Com referência a grupos de irmãos, se
474 identificou 2 grupos de dois irmãos e 3 grupos de três irmãos, sendo 50% atendidos pela rede,
475 sendo 100% dos acolhidos de famílias que não moram recentemente em Toledo. Concluindo a
476 apresentação a Diretora e conselheira Marília destaca a importância desses dados, que
477 embasaram a decisão pela implantação de um novo serviço, e informa a todos os conselheiros
478 que a locação do imóvel já está sendo finalizada, os equipamentos já estão em fase de
479 processo licitatório e estão sendo enviados para Câmara Municipal dois Projetos de lei; um que
480 é aumentando os cargos de cuidadores e o outro é criando a Coordenação para esse novo
481 serviço, além da equipe técnica e toda a estrutura que está sendo organizada. Ela relata que a
482 previsão para início das atividades que era para início de dezembro deste ano não deve
483 ocorrer, o que deve ocorrer em janeiro de 2023, em razão ainda da conclusão das licitações,
484 porém foi possível uma mudança, com uma redução, mesmo que provisória, de forma a
485 garantir que essas crianças e adolescentes tivessem essa reorganização de estar na Casa
486 Abrigo de Adolescentes dentro da faixa etária de adolescentes. Esclarecidas algumas dúvidas
487 em relação aos Projetos de Lei, que devem ser aprovados ainda em dezembro deste ano, a
488 Sra. Marília considera importante ressaltar que dentre os dados levantados em outubro,
489 naquele momento já se identificaram dezesseis potenciais acolhimentos que os CREAS já
490 estão acompanhando, bem como o Conselho Tutelar já está identificando situações que podem

491 resultar em acolhimento, sendo que desses dezesseis possíveis acolhimentos, apenas dois
492 foram acolhidos até o momento. No entanto, ela destaca a importância dessa decisão da
493 gestão sem que tenha havido uma ação civil, e relembra que quando da implantação dos
494 serviços anteriores, sempre evoluíram em decorrência de uma ação civil, uma vez que a
495 política pública deve ser pensada não somente quando exigida judicialmente. Mesmo assim,
496 ela informa que a Secretaria de Assistência Social recebeu questionamento do Ministério
497 Público sobre a existência de um estudo sobre a execução desses serviços. Após algumas
498 considerações gerais entre os presentes, a Presidente Edmara agradece a exposição do
499 diagnóstico, que foi muito esclarecedora e parabeniza a gestão pela celeridade em observar o
500 quadro que se apresentou e prontamente conseguir articular o serviço. Sendo estes os
501 assuntos e nada mais havendo a tratar, a Presidente Edmara de Souza encerra a reunião às
502 11h20min, agradecendo a presença de todos/as. E eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva
503 do CMAS, encerro a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as
504 para apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária será assinada por
505 mim e pelos demais presentes.